

Ibsen defende mudança total na legislação eleitoral

O Presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, defendeu ontem, na sessão de abertura do IV Fórum Nacional, amplas reformas na legislação eleitoral para que o Congresso possa representar legitimamente a sociedade. A adoção do voto distrital, de critérios mais justos de representação dos Estados na Câmara, bem como o fortalecimento dos partidos, foram algumas das medidas apontadas pelo deputado para solucionar, segundo ele, o atual "sistema faltoso de representação".

Já o Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida, defendeu, além do fortalecimento do Executivo, Legislativo e Judiciário, a valorização dos sindicatos e de todas as outras entidades de representação da sociedade civil. Dom Luciano não acredita que a sociedade estará bem representada apenas com a reforma da legislação eleitoral. Ele sugeriu a transformação de uma das salas do Congresso em serviço de atendimento à população já que os políticos, muitas vezes, não estão sintonizados com as necessidades da sociedade.

— Não basta apenas modificar o sistema de representação por-



Ibsen Pinheiro quer voto distrital

que o povo não quer apenas escolher aqueles que o representam. O povo quer opinar.

A distribuição de renda, a valorização da educação, a reforma agrária e a moralização da administração foram apontados por Dom Luciano como fatores essenciais para solucionar a crise social que, disse, "aumentou a diferença entre os muito ricos e os muito pobres".

A previsibilidade no plano de estabilização brasileiro é essencial para que o Governo federal readquira a credibilidade, afirmou o Presidente do Inae, João Paulo Reis Velloso. Para ele, no Brasil, não há mais espaços para choques e planos econômicos.

O Presidente do BNDES, Eduardo Modiano, defendeu o esforço do Governo federal em voltar a atenção do Estado para os problemas sociais. Ele classificou o Programa Nacional de Desestatização como "passaporte da sociedade brasileira para a modernidade".

O Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Enio Candotti, criticou a política do Governo federal em relação à tecnologia. Ele teme que o atual programa de modernização industrial se transforme no programa nuclear dos anos 90. Para Candotti, os investimentos deveriam estar voltados para a biotecnologia.

Também participaram da sessão de abertura o Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Albano Franco; o Secretário Geral da Cepal, Gert Rosenthal; e o Diretor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fernando Zumbo- do.